

O periodismo acadêmico em “O Olindense”: práticas e representações dos estudantes de Direito de Olinda (1831-1832)

Noemia Dayana de Oliveira*

Universidade do Estado da Paraíba
João Pessoa, Paraíba, Brasil

Michelly Pereira de Sousa Cordão**

Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande, Paraíba, Brasil

Recebido em: 24 out. 2024



Aprovado em: 01 dez. 2024



Publicado em: 30 abr. 2026

Resumo

Nesse estudo o nosso objetivo é investigar a prática do periodismo dos irmãos acadêmicos de Direito, Sérgio e Álvaro Teixeira de Macedo, no jornal *O Olindense*, que circulou entre os anos de 1831 e 1832, protagonizando discussões sobre o cotidiano educacional do Curso Jurídico de Olinda. Considerando o espaço/tempo desse estudo, faremos numa análise qualitativa da coluna “Curso Jurídico” publicada no periódico e disponível atualmente na plataforma digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional em que constam mais de 27 (vinte e sete) ocorrências dessa coluna, a qual tratava das avaliações, das leituras, das disciplinas, dos professores e dos alunos de Olinda. Aqui, analisaremos *O Olindense* na perspectiva da Nova História Cultural, isto é, como uma prática e representação que serviu como um instrumento político transformador dos debates sobre métodos e técnicas nas aulas de Direito, de maneira mais estrita, e das sociabilidades na cidade de Olinda, de maneira mais ampla, tornando essa atividade um importante meio para questionar a construção da ordem Imperial e do próprio Direito. Portanto, a imprensa é estudada aqui como uma prática que foi ao mesmo tempo “produto” e “criador” das representações dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Palavras-chave: Curso Jurídico. Estudantes. Jornais. O Olindense. Representações.

* Professora da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Departamento de História. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: noemia.hist@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-7611-3074>  <http://lattes.cnpq.br/3290103571104176>

** Professora da Universidade Federal de Campina Grande, na Unidade Acadêmica de História. Doutora em Ciências Sociais, Mestra e graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: michelly.pereira@professor.ufcg.edu.br
 <https://orcid.org/0000-0002-0285-7206>  <http://lattes.cnpq.br/9349011283819103>

Academic journalism at “O Olindense”: Practices and representations of Olinda Law students (1831-1832)

Noemia Dayana de Oliveira*

State University of Paraíba
João Pessoa, Paraíba, Brazil

Michelly Pereira de Sousa Cordão**

Federal University of Campina Grande
Campina Grande, Paraíba, Brazil

Received: 24th Oct. 2024

Approved: 01st Dec. 2024


Published: 30th Apr. 2026

Abstract

In this study, our objective is to investigate the journalism practice of the law academic brothers, Sérgio and Álvaro Teixeira de Macedo, in the newspaper “O Olindense”, which circulated between 1831 and 1832, leading discussions on the educational routine of the Law School of Olinda. Considering the space/time of this study, we will make a qualitative analysis of the column “Curso Jurídico” published in the periodical and currently available on the digital platform of the Hemeroteca of the National Library, which contains more than 27 (twenty-seven) occurrences of this column, which dealt with assessments, readings, subjects, teachers and students of Olinda. Here, we will analyze “O Olindense” from the perspective of the New Cultural History, that is, as a practice and representation that served as a political instrument transforming debates about methods and techniques in Law classes, more strictly, and sociability in the city of Olinda, more broadly, making this activity an important means of questioning the construction of the Imperial order and of Law itself. Therefore, the press is studied here as a practice that was at the same time a “product” and “creator” of the representations of Law Courses in Brazil.


Keywords: Legal Course. Studentes. Newspaper. O Olindense. Representations.

* Professor at the State University of Paraíba, Center for Education, Department of History. PhD in History from the Federal University of Rio Grande do Sul; MA and BA in History from the Federal University of Campina Grande. Email: noemia.hist@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7611-3074>

 <http://lattes.cnpq.br/3290103571104176>

** Professor at the Federal University of Campina Grande, in the Academic Unit of History. PhD in Social Sciences, MA and BA in History from the Federal University of Campina Grande. Email: michelly.pereira@professor.ufcg.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0285-7206>

 <http://lattes.cnpq.br/9349011283819103>

Como estudantes do Curso Jurídico não nos é permitido traçar normas para que os nossos colegas, segundo elas, dirijam suas ações. Não é permitido censurar grosseiramente a conduta de qualquer membro da nossa Academia, [...] mas, seria ingratidão repreensível deixar de censurar polidamente qualquer fato, qualquer mau costume, que por algum modo possa comprometer a honra, o adiantamento e tranquilidade do nosso Curso.
(O Olindense, n. 5, 17 maio 1831).

Introdução

O Olindense foi um periódico acadêmico criado pelos estudantes¹ do Curso Jurídico de Olinda, os irmãos Sérgio e Álvaro Teixeira de Macedo, que circulou nos anos de 1831 e 1832. Esse foi o primeiro periódico de estudantes fundado no Brasil (Pernambuco) e representou um dos primeiros a discutir os métodos e os conteúdos escolares, embora o conteúdo vinculado não se restringisse a esse tema.² Nesse estudo, investigamos esse periódico como uma prática de escrita e leitura que transformou as discussões sobre o cotidiano educativo do Direito em Olinda. Para tanto, essa folha era publicada semanalmente em formato *in quarto*, as quais custavam 640 réis ou 1\$600 trimestral. Inicialmente, foi impresso na Tipografia Fidedigna, situada na Rua das Flores – Recife, e a partir do número 35, ele passou a ser impresso na Tipografia Pinheiro & Cia., Rua do Amparo – Olinda (Viana, 1945). Atualmente, estão disponíveis digitalmente 113 edições no sítio da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.³

- 1 Optamos por utilizar a categoria “estudante” considerando que os próprios editores do jornal se reconheciam dessa forma, como é possível observar na epígrafe desse estudo. Contudo, acreditamos que essa categoria deve ser relativizada para o período em questão, uma vez que esse grupo não era tão distinto dos professores e demais funcionários das Academias de Direito no século XIX.
- 2 É bem verdade que o jornal *A Voz Paulistana* (1831) tenha sido produzido no mesmo período e com a contribuição de acadêmicos de Direito de São Paulo, no entanto, diferentemente d’*O Olindense*, ele não está disponível gratuitamente em plataformas digitais, o que restringe inegavelmente as pesquisas historiográficas que não sejam oriundas daquela localidade.
- 3 Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/olindense/818895>. Acesso em: jan. 2024.

Nesse período, a atividade do periodismo e outras como as associações literárias e políticas movimentavam a cidade de Olinda em torno de temas políticos, literários, religiosos e outros. Esses espaços de leitura e escrita mobilizaram também os estudantes e professores em torno de temas caros interna e externamente aos cursos de Direito,⁴ como a prática do escárnio com os novatos; os métodos de aula adotados pelos professores; a adoção de compêndios do curso de Direito de Coimbra; as revoltas populares ocorridas em Pernambuco como a “Setembrada” e “Novembrada”; entre outros.

Com o intuito de compreender não só os conteúdos vinculados neste periódico, buscamos considerá-lo como uma prática cultural de escrita e leitura, que transformada em um instrumento político, tornou-se um importante veículo de comunicação, reformulando os espaços de discussão e sociabilidades na cidade de Olinda. Devido o espaço/tempo deste texto, focaremos na coluna “Curso Jurídico” – embora indiquemos outros espaços de diálogo entre os estudantes e os professores nesse jornal –, considerando que nesse espaço desenvolveu-se uma prática pioneira: a prática do periodismo entre os estudantes. Portanto, a imprensa é estudada aqui como uma prática que foi ao mesmo tempo “produto” e “criadora” dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Nesse sentido, acreditamos que a imprensa pode ser considerada uma fonte privilegiada de interesse pelos historiadores(as) para a construção de objetos de pesquisa, e essa procura, ao nosso ver, se deve a dois fatores. A primeira está relacionada à renovação teórico-metodológica da História Cultural, que passou a considerar os jornais como *fonte*, isto é, representações e discursos de grupos privilegiados econômica e politicamente. A segunda está na facilidade que se passou a ter com o acesso aos periódicos digitalizados em *sites* ou *blogs* a partir do advento da internet residencial no final dos anos 1990. O resultado disso foi a multiplicação de estudos com a imprensa, considerando as dimensões: História da imprensa – o estudo da história da imprensa –; a história por meio da imprensa – o estudo de um fato histórico a partir de um periódico–; a história nos impressos – o impresso e os sujeitos em torno dele (Luca, 2008), que é o objeto e o interesse da nossa análise.

A multiplicidade de temas, objetos e abordagens nos periódicos também se deve as correntes teórico-metodológicas da Nova História Cultural que estão na base desses estudos, os quais expressam a relação existente na produção historiográfica entre narrativa-texto-contexto. Segundo Pesavento (2003) essas correntes pensam (1) o texto (*Linguistic Turn*), considerando a leitura e a escrita como indivisíveis, permitindo a comunicação e a representação. Apesar disso, as relações entre texto-contexto não são reflexas, mas intermediadas pela narrativa; (2) a da micro-história, que realiza a redução da escala de análise e permite, com um fragmento, indicar possibilidades mais amplas da sociedade; (3) o da Nova

4 Foram criados dois cursos de Direito no Brasil em 1827 – um em Olinda e o outro em São Paulo. Em ambas as cidades o periodismo foi uma prática presente. Para o caso de São Paulo, ver Adorno (1988).

História Política, que utiliza conceitos da História Cultural (imaginário, representação, produção, recepção, discurso) para reformular o político (Pesavento, 2003).

Considerando o conceito de representação⁵ para repensar os espaços políticos, especialmente, o Curso Jurídico de Olinda, o nosso estudo está inserido na Nova História Cultural em diálogo com a Nova História Política, haja vista não só os espaços formais da política, como o Parlamento, a Justiça, os Ministérios e outros, mas os espaços de sociabilidade e de construção intelectual coletiva, como é o caso da imprensa e, no caso aqui estudado, do periodismo acadêmico d'*O Olindense*. Por isso, analisaremos esse periódico como um instrumento político que serviu para os estudantes construírem o ensino e o Direito no Brasil nas primeiras décadas do século XIX.

O Curso Jurídico de Olinda e as atividades de escrita e leitura nos primeiros anos

Os irmãos redatores d'*O Olindense* Sérgio⁶ e Álvaro⁷ eram filhos do sargento-mor Diogo Teixeira de Macedo e dona Anna Mattozo da Câmara de Macedo, uma família abastada que os enviou para estudar Direito em Coimbra, mas com o fechamento da universidade por motivos da ascensão de D. Miguel ao trono português, eles retornaram ao Brasil e foram matriculados no recém-criado curso de Direito de Olinda, em 1828. Alunos da primeira turma juntamente com figuras públicas como Nabuco de Araújo,⁸ Eusébio de Queirós,⁹ José Antônio Pereira Ibiapina¹⁰ e Jerônimo Martiniano Figueira de Melo,¹¹ as academias de Direito criadas em São Paulo e Olinda tinham a função de formar a elite política do Império do Brasil.

O público dessas academias eram os filhos das famílias com recursos que podiam almejar uma educação superior a partir de uma formação secundária com tutores particulares,

5 Por representação, Roger Chartier (1991, p. 173-191) entende a maneira que uma dada sociedade em determinadas condições organiza e constrói intelectualmente seus mundos e sua realidade circundante.

6 Nasceu no Rio de Janeiro em 1809 e morreu na Europa em 1867 (Cf. Blake, 1970, p. 220-221).

7 Nasceu em Recife em 1807 e morreu na Bélgica em 1849 (Cf. Blake, 1970, p. 67-68).

8 Foi ministro da justiça e senador do Império. Pai de Joaquim Nabuco.

9 Autor da lei que reprimia o tráfico de escravizados no atlântico até a sua extinção. Foi ministro da justiça e senador do Império.

10 Conhecido, mais tarde, como Padre Ibiapina, foi uma figura pública cearense que construiu Casas de Caridade que acolhiam meninas pobres e órfãs no Norte Imperial.

11 Foi promotor público na Corte, juiz de direito em Fortaleza e presidente de província no Maranhão e no Rio Grande do Sul.

depois passavam por liceus, seminários ou pelo Colégio Pedro II e, após isso, iam para Europa (Carvalho, 1996) ou, como fizeram os irmãos Teixeira, que se matricularam no recém-criado curso de Direito de Olinda. Além disso, as famílias tinham que pagar mensalidades nesses cursos superiores, assim como manter seus filhos em cidades que não eram a deles de nascimento ou de morada. Nesse sentido, não existia lugar para os alunos pobres, embora alguns conseguissem almejar estudos superiores nas academias de Direito devido o apadrinhamento político ou mesmo religioso de algum padre ou bispo.¹²

Considerando o perfil socioeconômico dos alunos, não é de estranhar que o universo intelectual e das representações do Direito acadêmico esteja circunscrito a esse grupo, especialmente a atividade do periodismo. Mas antes de entendermos o periodismo acadêmico n' *O Olindense*, os conteúdos nele vinculados e os sujeitos em torno dele, é necessário pontuar algumas questões da origem institucional e epistemológica do curso, vinculando-o ao predecessor na Universidade de Coimbra.

Os cursos jurídicos no Brasil foram criados a partir da Lei de 11 de agosto de 1827, assinada pelo imperador D. Pedro I, em comum acordo com a Assembleia Geral Legislativa. O texto continha onze artigos e definiu as cidades de Olinda (Mosteiro de São Bento) e de São Paulo (Convento de São Francisco), como as sedes do estabelecimento. Essa decisão indicava as primeiras dificuldades para estabelecer o ensino jurídico no Brasil, já que não havia consenso sobre o local da sede e por esse motivo foram criados em duas cidades ao invés da Corte (Rio de Janeiro) como sede principal.

Os primeiros professores e alguns alunos vieram de Coimbra, bem como os conteúdos e compêndios utilizados nos cursos brasileiros. Apesar disso, houve adaptações das disciplinas, especialmente no que diz respeito ao direito romano, que foi abandonado pela necessidade em conhecimentos relacionados às necessidades do país recém-independente e em vias de organização institucional, como o direito mercantil, marítimo e constitucional. Por isso, a ideia dos cursos jurídicos daqui era formar não só magistrados, mas também deputados, senadores, diplomatas e outros empregados para o Estado imperial (Carvalho, 1996).

Nesse período, os problemas dos cursos jurídicos eram de pessoal, de material e de infraestrutura. Em Olinda, a carência maior era de professores, pois enquanto a lei afirmava que seriam nomeados nove lentes proprietários e cinco substitutos, lá existiam apenas cinco em exercício.¹³ A falta de professores tinha origem, sobretudo, nas atividades que

12 Esse é o caso de José Antônio Pereira Ibiapina, apadrinhado político de José Martiniano de Alencar, presidente de província e senador pelo Ceará na primeira metade do século XIX. Para maiores informações ver o capítulo 2 de Oliveira (2019).

13 Esses professores eram Lourenço José Ribeiro, que também ocupava o cargo de diretor interino; Manuel da Silva Porto (sacerdote e professor de Direito eclesiástico); José de Moura Magalhães (professor de Direito constitucional, das gentes e diplomacia do 2º ano); Antônio José Coelho e Pedro Aufran da Matta Albuquerque, que eram substitutos. Ver Bevilacqua (1977).

acumulavam os lentes proprietários, a exemplo das atividades legislativas ou da magistratura, afetando a manutenção do curso.

Os problemas se estendiam para os materiais didáticos, que eram escolhidos pelos lentes e geravam disputas em torno da adoção de compêndios. Um exemplo foi o *Compêndio de Direito natural*, escrito por José Maria Avelar Botero, professor do primeiro ano do curso de São Paulo, que foi acusado de um texto difuso e sem uniformidade, construído pela compilação de autores que não tinham os mesmos princípios filosóficos. Os professores de Olinda denunciavam as permanências nas práticas da leitura jesuítica em que as reproduções filosóficas, através dos comentaristas, sobressaíam os textos e livros em língua original. Por isso, o material de São Paulo foi substituído pelo *Compêndio de Direito natural*, do professor Pedro Autran da Matta Albuquerque, aprovado em Congregação de 1832 (Cf. *Atas da Congregação*, 1832).

Os estudantes e professores também conviviam com um cenário de dificuldades para impressão dos materiais porque a presença de tipografias em Pernambuco foi problema que remontava ao século XVIII, quando Antônio Isidoro da Fonseca instalou sua maquinaria de impressão e o governo mandou que a suspendesse (Verri, 2006.). A licença oficial só ocorreu em 1816, com a *Officina Typographica* da 2ª Restaraçam de Pernambuco. Esta foi responsável por fazer circular as representações republicanas de 1817, mas logo se tornou proibida e algumas maquinarias foram enviadas à Corte.

Por isso, o impulso dado à escrita e a leitura, através do serviço tipográfico, se manteve instável até depois de 1822, devido às perseguições aos conteúdos que circulavam em Pernambuco. Depois disso, a Typographia Nacional concentrou os serviços oficiais da província, transferindo, na década seguinte, para a Typographia Fidedigna de José Nepomuceno de Melo, que publicou alguns números do *Diário de Pernambuco*, assim como jornais da comunidade acadêmica de Direito, a exemplo do *O Olindense*, *Argos Olindense* e *O Carapuceiro* (Rodrigues, 2017).

Essa incapacidade nos serviços tipográficos da província, que foi aprofundado com as demandas de uma instituição como a Academia de Direito, caracterizado pelas necessidades da sala de aula (avaliações, exercícios, cadernos, compêndios), a demanda dos professores e os documentos que circulavam internamente (ofícios e as resoluções), fez com que os irmãos Sérgio e Álvaro colocassem a disposição sessões n' *O Olindense* para a publicação dos ofícios e resoluções do primeiro diretor do curso, Lourenço José Ribeiro.

A carência de tipografias em Olinda e Recife não impediu apenas que se reproduzissem as informações internas referentes às ações do curso, mas, sobretudo, a produção dos textos pelos professores e estudantes. A geração de Sergio e Álvaro, por exemplo, não contou com uma biblioteca e/ou espaços públicos para estudar em Olinda, que só veio ocorrer em 1831 (Rodrigues, 2017). Apesar de frisarmos a produção material dos textos, sabemos que eles não se limitam a materialidade, pois eles são, sobretudo, um produto cultural de tensões e concessões sociais.

Nas primeiras décadas do oitocentos, em Pernambuco, a falta de livros e o elevado

preço dos que eram vendidos, somado a ausência de bibliotecas ou livrarias na cidade, foi um problema levantado não só pela comunidade acadêmica de Direito, mas a população olindense. Essas questões junto ao alto índice de analfabetismo, a proibição de cursos superiores na colônia e a reprodução de autores e de materiais didáticos de Portugal, caracterizam esse cenário de leitura-escrita oitocentista (Rodrigues, 2017).

Por essa razão, acreditamos que a atividade periódica de *O Olindense* foi pioneira tanto em termos materiais, ao valorizar a tipografia local, como também intelectual, ao despertar para a produção de textos e de autores nas folhas do jornal. Não é à toa que, nas primeiras edições, os irmãos Teixeira reservaram uma sessão para o Curso Jurídico, incluindo não só a reprodução de ofícios do diretor, como questões relacionadas ao cotidiano da sala de aula. Esse caminho aberto por eles representou duas coisas: (I) a tomada de consciência e a intervenção no processo de ensino-aprendizagem ao qual estavam submetidos, assim como serviu para (II) reproduzir os interesses de alguns professores, especialmente àqueles mais próximos aos editores do jornal.

Para isso, o principal canal de diálogo aberto pelo periódico com o seu público leitor-consumidor foi a coluna “Correspondências”, onde os estudantes recebiam cartas contendo interrogações, sugestões e cobranças acerca do dia a dia do Curso. Isso movimentou o periódico durante os dois anos de existência, seja em termos financeiros, rendendo mais vendas avulsas ou assinaturas trimestrais; seja em termos de impulso a produção textual, especialmente se considerarmos as condições dessa prática em uma cidade como Olinda, onde não existiam bibliotecas públicas e, naqueles anos, só contava com uma livraria e tipografia, chamada de Pinheiro & Cia (Rodrigues, 2017).

A coluna “Correspondências” de *O Olindense* não só representou o cotidiano dos estudantes em suas preocupações acadêmicas (avaliações, leituras, disciplinas, professores), mas também despertou a atenção (e a leitura) dos professores Marcos Antônio de Araújo Abreu, por exemplo, responsável pela disciplina de Economia Política, que questionou uma publicação dos irmãos Teixeira acerca da prática de violação dos Estatutos por alguns professores (*O Olindense*, n. 9, 31 maio 1831). Sobre esse problema, o curso de Olinda demorou a oferecer ao poder central o seu Estatuto, haja vista que segundo a Lei de Criação dos Cursos Jurídicos, quem deveria elaborá-los era a Congregação de Lentes,¹⁴ mas com a ausência dos professores, arrastou-se até a aprovação pela Assembleia Legislativa em 1831.¹⁵

14 No artigo 10º da Lei de Criação dos Cursos Jurídicos afirmava-se que “Os estatutos do Visconde de Cachoeira ficarão regulando por ora naquilo em que forem aplicáveis e se não opuserem a presente Lei. A Congregação dos Lentes formará quanto antes uns Estatutos completos, que serão submetidos a deliberação da Assembleia Geral”.

15 O professor responsável por elaborar os Estatutos do Curso de Olinda foi João José de Moura Magalhães, professor do 1º Ano na disciplina de Análise da Constituição, Direito das Gentes e Diplomacia. Ver *Atas da Congregação* (1830).

Essas cobranças sobre as práticas determinadas nos Estatutos também contaram com textos que foram publicados com pseudônimos, como “O Curioso”, que questionava a não publicidade de informações pela direção do Curso Jurídico: “qual será a razão por que o sr. Vice-diretor não deu e nem dá ao prelo certos avisos do ministério [...]? Deve o público ignorar as ordens relativas à Academia quando esta interessa ao Brasil em geral?” (*O Olindense*, n. 21, 12 jul. 1831). Como também “Um do 2º ano”, que colocava em discussão a duração e aproveitamento das aulas: “o estatuto manda que as aulas durem hora e meia, meia para tomar-se lições e hora última para explicação da lição seguinte [...]. Ora srs. Redatores digam-me o estudante é só obrigado a dar lição ou também a ouvir a explicação?” (*O Olindense*, n. 30, 12 ago. 1831).

Assinando ou não os artigos da coluna “Correspondências”, o interessante é percebermos que foi ela um importante meio para manter a circulação e, conseqüentemente, a manutenção física e cultural desse jornal. Esse caráter de diálogo com os leitores-consumidores do Curso Jurídico indicava, uma vez mais, que o periodismo acadêmico extrapolou os muros da Academia de Olinda, ocupando praças, bares, tipografias e outros espaços. Além do mais, o que acontecia dentro do curso despertava o interesse da sociedade como um todo, haja vista os impactos que o Direito, a política e a imprensa causavam no país.

Vale ressaltar que *O Olindense* não se restringiu às temáticas relacionadas ao curso, mas ampliou-se para discussões políticas que estavam na ordem do dia da província e do país em 1831-1832. Por isso, esse pequeno ensaio não esgota as possibilidades de pesquisa nesse periódico, nem tão pouco as práticas que com ele se fortalecem, como a de ler e escrever fora das salas de aula dos primeiros cursos superiores no Brasil. Para tanto, são temas nesse periódico: o estudo de autoria dos estudantes de Direito; as práticas cotidianas da primeira turma de Direito em Olinda; as representações das revoltas “Setembrada” e “Novembrada” em Pernambuco; as sociabilidades políticas da Sociedade Patriótica Humanizadora, entre outros. No tópico a seguir discutiremos uma das colunas desse jornal, intitulada “Curso Jurídico”.

No Curso Jurídico com *O Olindense*: Conhecendo a academia com os estudantes

Tem sido omissão desculpável da nossa parte não termos ainda tratado de alguma coisa a respeito do nosso Curso Jurídico. Os grandes e últimos acontecimentos políticos nos tem sobremaneira ocupado, agora, porém nos vai sendo possível tratar da nossa casa, e desde já prometemos aos nossos leitores que sobre ela escreveremos todas as vezes que houver assunto de interesse público (*O Olindense*, n. 5, 17 maio 1831).

Se considerarmos o periodismo acadêmico pela perspectiva da sociologia histórica das práticas acadêmicas¹⁶ reconheceremos que as atividades da escrita e da leitura são mais do que uma atividade meramente intelectual (ou abstrata), são práticas culturais determinadas pelos condicionantes históricos e materiais da sociedade onde se desenvolveu. Isso quer dizer que a atividade periodista só pode ser compreendida considerando o suporte, os autores, os leitores e as leituras efetivamente feitas a partir do conteúdo que é dado a ler. Para tanto, o ponto de partida dessa análise até pode ser o texto escrito, na figura da coluna "Curso Jurídico", mas esta não se esgota no texto, sendo necessário avançar em direção aos outros componentes que são construtores e construídos do texto, como os espaços de sociabilidade dos estudantes, a exemplo da livraria Pinheiro & Cia., as sociedades literárias, os bares etc.

Na edição supracitada d'*O Olindense* os acadêmicos discorrem sobre o "escárnio" praticado pelos estudantes veteranos contra os novatos. O engraçado é notar que o autor se manifestava opondo-se ao escárnio, já que ele e os colegas ocupavam o lugar dos "ilustrados", que deveriam representar o domínio das letras e das luzes, dos acordos, da retórica, enfim, do convencimento contra o uso da força e da violência. Portanto, a partir da prática periodista no curso as disputas não eram mais diretas (ou físicas), mas eram disputas no plano das idéias, das leituras, dos autores, dos livros. Obviamente que isso não anulou as violências cometidas entre estudantes veteranos e novatos, mas o jornal serviu como meio para denunciar esses acontecimentos, bem como reformular a maneira de se relacionar.

É importante observar que o autor defendia a existência de um tipo ideal de acadêmico de Direito, que deveria seguir as práticas institucionais, as quais se efetivavam, sobretudo, em comportamentos e valores modernos, ligados ao mundo da escrita e da leitura. Longe de valorizar o escárnio, eles apresentavam quais são os "bons costumes" a serem seguidos, em detrimento do "costume que nos veio de Coimbra e porque nos adquire alguns momentos de repreensível distração ou prazer, não achou barreiras a vencer, apenas se apresentou, foi aceito com risadas, e hoje finalmente se considerar como folia academia" (*O Olindense*, n. 5, 17 maio 1831).

É imoral este costume porque a liberdade ampla que se tem de acanhar um novato por meio de palavras, o desejo natural do mofador, de querer passar por bom no seu ofício e os esforços para excitar o riso entre os circunstantes, tudo isto dá lugar a ditos célebres, a expressões que se prestam a malignas e desonestas interpretações. Haverá quem neguem que muito padece a moral com tudo isto? Ninguém de certo. É indigno porque este costume (ainda que não o pareça) é baseado sobre a força, a força não pode justificar o mau trato que se dá a

16 Sob a influência de Chartier (1988) em *Por uma sociologia histórica das práticas culturais*.

outrem, e maltratar o fraco é de certo ação indigna (*O Olindense*, n. 5, 17 maio 1831).

O escárnio foi associado pelo autor aos estudantes de Coimbra – ou ao “Velho Mundo” e suas práticas jurídicas ultrapassadas. Sobre esse tipo de relação, é necessário apontar que ela faz parte de um conjunto de práticas maiores que pertencem aos ritos simbólicos de passagem de um estudante do ensino secundário para o ensino superior, a exemplo do ato de raspar o cabelo ou a sobrancelha, das festas ou calouradas e do “trote”.¹⁷ Escrever sobre essas práticas construíram alguns conteúdos do periódico *O Olindense*, impondo uma maneira de escrever e, por que não dizer, denunciar o relacionamento entre os estudantes. O que se torna intrigante na escrita dos irmãos Teixeira nessa edição do jornal foi a responsabilidade condicionada aos portugueses pela prática do escárnio, marcando não só uma distância em relação as práticas sociais entre as Academias, como também a maneira de se relacionar com a escrita, mais especificamente, a escrita periodista.

É bem verdade que não temos conhecimento de periódicos acadêmicos em Coimbra no século XIX, mas no universo estudantil do Brasil do mesmo período, *O Olindense* praticou uma escrita denunciativa que não esteve inserida em nenhum outro veículo de comunicação, nem mesmo no curso congênere de São Paulo. Mas as denúncias indicadas na coluna “Curso Jurídico” não estavam relacionadas apenas entre os estudantes novatos e veteranos, estenderam-se aos métodos dos professores da instituição:

Não é lícito ao professor menosprezar o estudante, atacar o seu amor-próprio, envergonhá-lo de propósito, nem mesmo supomos que haja o direito de repreender. Em nenhum artigo dos Estatutos achamos essa doutrina. Quanto a certos chascos que se querem adotar para vexar estudantes de que se não gosta, achamos isso ridículo e efeito de má educação (*O Olindense*, n. 9, 31 maio 1831).

No surgimento da coluna “Curso Jurídico” os redatores indicaram que escreveriam conteúdos sobre o curso quando estes fossem de interesse público, como mencionamos anteriormente. Sobre o que eles entendiam como “interesse público” nós não podemos confirmar, mas podemos indicar que não dizia respeito somente aos estudantes, mas a toda comunidade acadêmica, incluindo professores, bibliotecário e diretores (*O Olindense*, n. 9, 31 maio 1831; n. 47, 11 out. 1831; n. 115, 21 jun. 1832, respectivamente). Na edição de número 9, os estudantes questionavam a metodologia empregada pelos professores, e

17 Tentativa de ridicularização e zombaria entre estudantes.

consequentemente, a hierarquia comumente estabelecida entre professores e alunos, onde professores determinam e os alunos passivamente aderem.

Com a prática do periodismo, os irmãos Teixeira questionavam a lógica hierárquica estabelecida entre professores-alunos tornando-a de domínio público. Portanto, o autor questionava, mas isentava-se dos problemas que poderiam surgir, já que em nenhum dos textos dessa coluna foram indicados autores, e ainda que fossem a publicidade do assunto tirava do autor o “peso” de uma responsabilidade individualizada. Por esse motivo, os estudantes através do periodismo forjavam uma participação na construção das aulas, dos conteúdos e das leituras selecionadas no curso jurídico, que ainda não estava conquistada, mas começava a ser construída nos primeiros cursos superiores do país.

Nesse sentido, as atividades extracurriculares, como o periodismo, ajudaram a construir a consciência estudantil, isto é, fazer com que os estudantes de Direito de Olinda se entendessem e reivindicassem seus interesses na relação assimétrica entre os professores, diretores e comunidade acadêmica em geral. Mas nem sempre esse reconhecimento corresponde ao enfrentamento de ideias ou à disputa de interesse, no caso aqui estudado, ao contrário, aproximou os periodistas d’*O Olindense* aos professores e diretores, tornando as páginas do jornal um veículo a serviço da Academia e da publicação dos atos oficiais:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que tenho concluído o transporte da Biblioteca para o Convento de São Francisco desta cidade, e bem assim arranjado as estantes e posto em ordem os livros, cuja tarefa Vossa Senhoria se dignou encarregar-se provisoriamente. Por consequência pode V. S. quando lhe pareça, anunciar a abertura da Biblioteca, mandando ao mesmo tempo os dias e horas que devo conservá-la exposta ao respeitável público, visto não ter ainda estatutos que rejam. Aproveito a ocasião para apresentar meu respeito a pessoa de V. S. a quem Deus guarde e Olinda, 4 de outubro de 1831. Ilustríssimo Sr. Dr. Lourenço José Ribeiro, diretor interino do curso jurídico da cidade de Olinda – Bazílio Quaresma Torreão (*O Olindense*, n. 47, 11 out.1831).

A construção de uma biblioteca para o curso de Direito foi assunto discutido não só pelos estudantes, mas pela sociedade olindense como um todo. Houve, inclusive, a polêmica sobre a pertença (e a tutela) dos livros serem público (da Vila de Olinda) ou da Academia (Rodrigues, 2017). Independentemente disso, o fato é que a partir dessa publicação, foi possível verificar que a coluna “Curso Jurídico” se tornou um espaço para a publicação de ofícios redigidos pelo bibliotecário Bazílio ou pelo diretor interino do curso, Lourenço Ribeiro, mais do que uma coluna para discutir e construir a consciência dos estudantes.

Resta-nos questionar se, primeiro, a publicação de ofícios passou a acontecer porque os redatores se identificavam com o planejamento da instituição, abandonando a crítica e o

caráter de enfrentamento dos estudantes em relação aos professores dado a relação assimétrica de poder entre eles, ou, segundo, se a publicação desses ofícios foi resultante da arregimentação feita por professores, diretor e bibliotecário a partir do incômodo gerado pela coluna e pelos conteúdos nela vinculados. Independentemente do que ocorreu, o fato é que essa coluna passou a marcar outro tipo de periodismo acadêmico, não mais aquele combativo e questionador, mas um periodismo acomodado e reprodutor de ideias após a divulgação da abertura da biblioteca, o que não implica dizer que foi devido esse acontecimento que o comportamento mudou, mas apenas coincidiu.

Sabe-se que a biblioteca foi organizada em outro prédio que não o do Curso Jurídico – no Convento de São Francisco, e este último, estava no Mosteiro de São Bento –, mas a sua existência esteve condicionada aos estudantes e as suas necessidades acadêmicas. A criação desse espaço de leitura impactou não só o relacionamento entre os redatores de *O Olindense* e os professores, arrefecendo os ânimos e as críticas, mas também a comunidade de leitores da vila, que não mais precisaria ir até o Recife/PE para ter acesso aos livros. Interessante ressaltar que a criação de uma biblioteca, a priori, indicaria ameaça a ordem estabelecida devido ao universo de livros e leituras viabilizado, mas o caso aqui estudado nos mostrou o contrário. Apesar disso, não devemos esgotar as explicações acreditando que a simples criação da biblioteca é que determinou o comportamento dos estudantes, mas questionar qual o seu acervo e quais pessoas o frequentavam.

Com isso, percebemos que a prática periodista dos acadêmicos de Direito, os irmãos Sérgio e Álvaro Teixeira contida em *O Olindense* esteve associada aos interesses dos professores e dos demais sujeitos de poder do Curso Jurídico, podendo confirmar isso a partir das publicações feitas no jornal no ano de 1832. Mas para verificar as causas disso e entender mais sistematicamente as opções políticas dos estudantes, se faz necessário aprofundar os estudos sobre o jornal e sobre o primeiro curso de Direito de Olinda.

Considerações finais

A imprensa periódica no Brasil surgiu nas primeiras décadas do século XIX e até os dias de hoje possui importante papel econômico, político e social na dinâmica interna do país. No entanto, os primeiros estudos sobre os jornais possuíam análises cristalizadas, como as de que esse tipo de fonte estabelecia uma relação fidedigna com o acontecimento ou a trajetória histórica investigada. Mas essa postura não tardou a ser abandonada, especialmente a partir das mudanças de paradigmas que acreditavam ser a ciência histórica o estudo do socioeconômico e não do “ideológico”. Para tanto, as primeiras investigações em jornais privilegiaram o discurso ou, mais especificamente, o conteúdo veiculado nos jornais.

Os estudos de Hélio Vianna, Nelson Werneck Sodré e José Marques de Melo fazem parte de uma geração de estudiosos que aprofundaram os estudos sobre a imprensa no Brasil, saindo da perspectiva limitada do conteúdo e buscando abarcar todo o processo de

construção, como o surgimento, os sujeitos e o contexto em que foram produzidos os periódicos. Essa perspectiva de “totalidade” do estudo sobre a imprensa foi alterada com a noção de que os jornais são também “agentes históricos” e atuam decisivamente nos acontecimentos, como é o caso dos estudos de Isabel Lustosa, Cecília Helena e Marcelo Basille, que em diálogo com os campos renovados da História Cultural e História Política, situaram o estudo da imprensa a partir das sociabilidades, da circulação de ideias e de escritos, das transformações e das práticas culturais.

Nesse sentido, em mais de dois séculos de estudos sobre a imprensa no Brasil ela foi estudada privilegiadamente como *fonte* de informações acerca de algum evento ou agente histórico, embora ela possa e deva ser estudada como *objeto*, quer dizer, quando o conteúdo e a prática do jornal são colocados como o problema de pesquisa. Nesse estudo investigamos o primeiro periódico acadêmico do Brasil (*O Olindense*) como uma prática, isto é, uma atividade cultural que envolveu códigos, comportamentos e instituições comuns aos estudantes de Direito na primeira metade do século XIX, e que não podem ser compreendidos isoladamente, mas relacionados aos conteúdos produzidos por esses sujeitos nas folhas do jornal.

Não é à toa que acreditamos que essa atividade periódica, a d’ *O Olindense*, foi pioneira tanto em termos materiais, por ter valorizado a tipografia local uma vez que reproduziu os primeiros números na Tipografia Fidedigna do Recife, e a Pinheiro & Cia. de Olinda; como em termos intelectuais, ao despertar para a produção de textos, a publicação de ofícios da Diretoria do Curso e a discussão de autores consumidos e suas ideias nas folhas do jornal.

Dado a multiplicidade de temas possíveis para pesquisa nesse jornal, priorizamos a análise da coluna “Curso Jurídico” considerando que ela esteve mais diretamente ligada ao curso, ainda que todo o jornal e o conteúdo por ele veiculado nos interesse, uma vez que todos eles nos ajudam a caracterizar a prática do periodismo acadêmico, os sujeitos que o produziu e aquilo que chamou atenção deste público e foi por ele escolhido para ser escrito e discutido. Ao final, reconhecemos que nem toda ação estudantil é combativa e que a dos irmãos Teixeira pode não ser a prática hegemônica entre os acadêmicos de Direito, mas ela representou a conciliação de interesses entre estudantes e professores em Olinda.

Referências

Fontes

ATAS da Congregação de Lentes do Curso Jurídico de Olinda, 1832. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivocj/acervo>. Acesso em: jan. 2024.

O Olindense. Olinda, 1831-1832. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/olindense/818895>. Acesso em: jan. 2024.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BASILLE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O império em construção: Projeto de Brasil e ação política na Corte regencial*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BEVILAQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A unificação da elite: uma ilha de letrados. In: *A construção da ordem*. Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Relume Dumará, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*. A guerra dos jornalistas na independência 1822-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELO, José Marques de. *Sociologia da Imprensa Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. *O disfarce do anonimato. O debate político através dos folhetos (1820-1822)*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

OLIVEIRA, Noemia Dayana. *O parlamentar do silêncio: atuação política do deputado Ibiapina na Assembleia Legislativa Brasileira (1834-1837)*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande (PB), 2019.

RODRIGUES, Lígia Santos da Silva. *Memória da Faculdade de Direito do Recife: Formação do acervo bibliográfico*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. *Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807*. Recife: Ed. UFPE, 2006.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.